

ACESSO E USO DO CRÉDITO RURAL POR AGRICULTORES DE BAIXA RENDA.
Low Income Farmer Access and Use of Farm Credit.

Flávio Augusto da Costa Quintana*

RESUMO

Os objetivos do presente estudo são os de verificar, para grupos de baixa renda, na agricultura da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, aspectos vinculados ao número de beneficiários, segundo o sistema de posse da terra, e fontes de financiamento de crédito rural. Verifica-se, também, os valores e usos dos empréstimos obtidos e as necessidades, segundo opinião dos produtores entrevistados, de recursos externos, para custeio de suas explorações agrícolas.

Os resultados obtidos, através do método de análise tabular, mostram que, apenas, 8,10% dos produtores entrevistados são beneficiados pelo uso de crédito rural institucional. Paralelamente verificou-se que o valor médio dos empréstimos obtidos, para custeio agrícola e manutenção familiar, é na ordem de Cr\$ 3.895,00, por mutuário.

O não acesso ao crédito, pelo grupo que teve suas solicitações recusadas, deve-se a: falta de garantias reais e baixa capacidade de pagamento.

SUMMARY

The objectives of the present study were to verify, for the low income class farmers of the Zona da Mata, Minas Gerais aspects related to the number of users of farm credit, according to the land tenure system and sources of financial funds. It was also examined the amount and the destination of the credit obtained, and the need of credit for working capital according to the opinion of farmers inquired.

It was found, through a tabular analysis method, that only 8,1% of the inquired farmers made use of the institutional farm credit. It was also determined that the average amount of credit obtained by each farmer, for working capital and maintenance of the family, was Cr\$ 3.895,00.

Credit was not granted to the group that had his solicitation refused for two reasons: lack of real guaranties and low capacity of payment.

* Professor Colaborador do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - UFSM.

INTRODUÇÃO

A escassez de recursos financeiros tem sido apontada, por diversos economistas, como uma das causas limitantes ao desenvolvimento do setor primário da economia brasileira (1).

Paralelamente, sugere-se, também, como causa limitante ao desenvolvimento do setor, o sistema de posse da terra que, por sua vez, contribui para uma disparidade no processo de distribuição de renda (2).

Supondo que as demais políticas para o setor venham sendo aplicadas regularmente, com características de complementariedade, parece interessante verificar o acesso, a recursos financeiros, pelos chamados agricultores de baixa renda.

Caracteriza-se, neste estudo, como acesso a recursos financeiros às possibilidades de obtenção de crédito rural, por produtores de baixa renda.

O crédito é considerado um instrumento econômico-financeiro estratégico para acelerar a taxa de desenvolvimento agrícola das regiões subdesenvolvidas porque possibilita aos agricultores usufruírem dos benefícios proporcionados pelas descobertas tecnológicas (1). Assim, ele funciona "como um veículo para incorporação de novos insumos nas funções de produção tradicionais (1)".

A medida que a agricultura de subsistência passa para a de mercado, isto é, para aquela que dispõe de um excedente comercializável, a complexidade do processo de comercialização tende a aumentar. Em outras palavras, segundo SILVA (3), "o espaço de tempo entre o ato de produção pelos agricultores e o de absorção desta pelos consumidores dilata-se. Com isto a lacuna entre a entrega e o recebimento do valor relativo à produção é aumentada, causando, consequentemente, uma falta de recursos financeiros entre os produtores que poderá ser suprida pelo crédito rural".

No presente estudo são verificados, para agricultores de baixa renda da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, os seguintes aspectos vinculados ao crédito rural.

1. Número de beneficiários, segundo o sistema de posse da terra e fontes de financiamento;
2. Valores e uso dos empréstimos obtidos;
3. Necessidades, segundo opinião dos produtores, de recursos externos para custeio de suas explorações agrícolas.

MATERIAL E MÉTODO

Área de Estudo - Com uma área de 34.500 km² e uma população, em

1970, de 1.600.000 habitantes, a Zona da Mata está localizada a su deste do Estado de Minas Gerais (4).

A população rural, em 1970, correspondia a 50,36% da população total (4), concentrando-se mais ao norte do "Zona", em contraste com uma concentração mais urbana, ao sul, nas vizinhanças de Juiz de Fora, polo industrial da Região.

A agropecuária da "Zona" apoia-se, basicamente, nas seguintes linhas de produção: arroz, milho, feijão, fumo, cana-de-açúcar, ca fé, pecuária leiteira e de corte, além da avicultura.

A área plantada com café na "Zona", no período de 63/67, corres pondia a 25,75% da área total plantada no Estado, seguindo-se a cul tura da cana-de-açúcar (24,60%) e a do feijão (22,63%) (4).

A produção de aves, ovos e leite na Zona da Mata, no biênio 66/ 67, correspondia a 18,28%, 17,76% e 14,92% da produção do Estado, respectivamente (4).

Quanto a estrutura fundiária observa-se que 80% das empresas rurais, com menos de 50 ha, ocupam, apenas 28% da área total (2).

Amostra - Este estudo é parte de um projeto geral denominado "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agri cultura Brasileira", desenvolvido por um grupo de universidades, institutos de pesquisas e com apoio financeiro da EMBRAPA (2).

O levantamento de campo foi realizado, na Zona da Mata de Minas Gerais, através de entrevistas diretas com 128 produtores rurais, em julho de 1973 (Tabela 1).

Tabela 1. Composição da Amostra segundo a Situação de Trabalho. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SITUAÇÃO DE TRABALHO	Nº DE QUESTIONÁRIOS	%
Proprietários	33	25,8
Parceiros	34	26,6
Assalariados Fixos	30	23,4
Assalariados Eventuais	31	24,2
Total	128	100,0

Fonte: (2)

Para a análise foram utilizados os questionários referentes aos proprietários e parceiros.

A definição destes grupos foi feita do seguinte modo:

a. *Pequeno Proprietário* - Produtor Rural, proprietário de imó vel rural com área menor que o módulo médio da região, como defini do pelo INCRA.

b. *Parceiro* - Produtor rural que explora determinada área, menor que o módulo médio da região (como definido pelo INCRA), mantendo com o dono da mesma arranjos de divisão de produto e/ou insumo.

O esquema de amostragem adotado foi o seguinte: primeiro, foi feito, através de sorteio, uma listagem de pequenos proprietários; segundo, se procurou localizar, próximo aos pequenos proprietários sorteados, indivíduos componentes das demais categorias. Caso estes não existissem em localidades próximas, seriam procurados a partir de informações sobre as áreas em que poderiam ser localizados (2).

Verificou-se, em algumas situações, que assalariados fixos ou eventuais entrevistados eram também parceiros ou proprietários. Optou-se, nesta situação, para efeito da pesquisa, classificá-los como parceiros ou proprietários. No caso de um proprietário ser parceiro, usou-se a classificação proprietário-parceiro.

Para operacionalização dos objetivos propostos utilizou-se o método de análise tabular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Número de Beneficiários e Fontes de Financiamento - Quando se aplicou, em campo, os questionários, 20,27% dos produtores eram beneficiários de crédito e os restantes 79,73% não se utilizaram de crédito (Tabela 2).

Por categoria, o percentual de não beneficiários superava, na ocasião, a percentagem de beneficiários.

Segundo o sistema de posse da terra, para o grupo beneficiado de crédito, proprietários-parceiros constituem a categoria que mais se destaca, seguidos pelos proprietários e parceiros.

Classificou-se as fontes de financiamento, segundo a origem, em dois grupos: institucionais e não institucionais.

Observa-se, que dos 15 produtores, correspondendo a 20,27% da amostra, beneficiados de crédito, apenas seis, correspondendo a 40% do grupo e a 8,10% da amostra, são mutuários de crédito rural institucional (Tabela 2). Os nove restantes beneficiados, correspondendo a 12,16% da amostra, utilizam crédito não institucional.

Como fonte de financiamento institucional foi citado, por todos os produtores beneficiários de crédito, o Banco do Brasil S/A e, como fontes informais, vizinhos e comerciantes.

Observa-se, que parceiros não são beneficiados pelo crédito rural institucional. Este fato decorre, basicamente, da situação de posse da terra, uma vez que não apresentam garantias reais.

Os não beneficiários, constituindo um grupo de 59 produtores, correspondendo a 79,73% dos entrevistados, apresentaram os seguintes

Tabela 2. Crédito - Número de Beneficiários Sobre a Amostra e Segundo Fontes de Financiamento, por Categoria e Segundo o Sistema de Posse da Terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA		PRODUTORES				FONTES DE FINANCIAMENTO							
	Nº	%	BENEFICIÁRIOS		NÃO BENEFICIÁRIOS		INSTITUCIONAL		NÃO INSTITUCIONAL					
			Nº	%(1)	%(2)	Nº	%(1)	%(2)	Nº	%(1)	%(2)			
Proprietários	26	35,13	5	19,23	33,33	21	80,77	35,59	3	11,53	50,00	2	7,69	22,22
Parceiros	39	52,70	7	17,94	46,67	32	82,06	54,23	0	0	0	7	17,94	77,78
Proprietários/ Parceiros	9	12,17	3	33,33	20,00	6	66,67	10,18	3	33,33	50,00	0	0	0

FONTE: Dados da Pesquisa

%(1): Por categoria

%(2): Segundo o Sistema de Posse da Terra

motivos para a não utilização do crédito rural institucional: 79,66% nunca solicitaram crédito e 20,34% tiveram suas solicitações recusadas (Tabela 3).

Tabela 3. Crédito Rural - Motivos para Não Utilização de Crédito Institucional, por Categoria e segundo o Sistema de Posse da Terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA		MOTIVOS					
			NUNCA PEDIU			FOI RECUSADO		
			Nº	%	Nº	% (1)	% (2)	Nº
Proprietários	26	35,13	13	61,90	27,65	8	38,10	66,68
Parceiros	39	52,70	30	93,75	63,82	2	6,25	16,66
Proprietário/ Parceiros	9	12,17	4	66,66	8,53	2	33,34	16,66
Total	74	100,00	47	79,66	100,00	12	30,34	100,00

FONTE: Dados da Pesquisa

% (1): Por categoria

% (2): Segundo o Sistema de Posse da Terra

A base da recusa, observando-se que por categoria, proprietários e proprietários-parceiros, constituem as categorias mais expressivas, deve estar vinculada a baixa capacidade de pagamento.

Convém esclarecer que todos os produtores, quando consultados, mostraram não ignorar a existência de uma rede bancária que, segundo as palavras textuais dos mesmos, "fazem empréstimos para a agricultura".

Valores médios e uso dos empréstimos - O valor médio dos empréstimos institucionais é na ordem de Cr\$ 3.895,00, destinando-se, basicamente, ao custeio de operações agrícolas. Este custeio é representado pela aquisição de sementes e despesas de consumo familiar. Os prazos e taxas de juros obedecem aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os empréstimos não institucionais, na ordem de novecentos cruzeiros (Cr\$ 900,00), média por beneficiário, se destinam ao atendimento de despesas com doenças e consumo familiar. Não se obteve maiores informações quanto a prazos, taxas e juros.

Uma informação interessante é a opinião dos produtores quanto a possíveis dificuldades enfrentadas para manutenção da propriedade devido a falta de "dinheiro". Um percentual de 56,75% dos produtores se manifestaram favoravelmente e os restantes 43,25% opinaram contrariamente (Tabela 4).

Tabela 4. Crédito Rural - Opiniões dos Produtores quanto a Necessidade de Recursos Externos, por Categoria e Segundo o Sistema de Posse da Terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.

SISTEMA DE POSSE DA TERRA	TAMANHO DA AMOSTRA		OPINIÕES					
			FAVORÁVEIS			CONTRÁRIAS		
			Nº	%	Nº	%(1)	%(2)	Nº
Proprietários	26	35,13	18	69,23	42,85	8	30,77	25,00
Parceiros	39	52,70	20	51,28	47,61	19	48,72	59,37
Proprietários/ Parceiros	9	12,17	4	44,44	9,54	5	55,56	15,63
Total	74	100,00	42	56,75	100,00	32	43,25	100,00

FONTE: Dados de Pesquisa

%(1): Por Categoria

%(2): Segundo o sistema de Posse da Terra

Apenas para proprietários/parceiros verifica-se que o percentual de opiniões contrárias supera a percentagem de opiniões favoráveis.

De forma geral, para o grupo como um todo, este posicionamento retrata diferentes níveis de pressupostas necessidades e, mesmo, as pirações.

Os aspectos de crédito rural apresentados indicam, com uma grande possibilidade, tendo em vista o número de beneficiários e as normas de concessão de empréstimos, que o crédito, como instrumento de desenvolvimento, não está adequado às condições e necessidades desse grupo populacional. O crédito liberado a favor destes produtores - crédito para despesas de consumo familiar - se constitui mais em um programa de assistência social, do que em um elemento dinâmico, com a finalidade de complementar as necessidades de capital do produtor.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Os resultados obtidos mostram que, apenas, 8,10% dos produtores entrevistados são beneficiários do crédito rural institucional e que, paralelamente, 56,75% julgam necessários recursos externos para a manutenção do negócio agrícola.

Pode-se concluir, dada a situação dos produtores e os resultados obtidos, que o crédito rural não participa do processo produtivo, como um elemento dinâmico, observados seus objetivos.

Para esse grupo da população é indispensável a introdução de

uma nova política de crédito, onde o critério de avaliação de patrimônio, para estabelecimento de capacidade de pagamento, seja substituído por critérios morais.

LITERATURA CITADA

1. ARAUJO, P. F. C. - *Aspectos da Utilização e Eficiência do Crédito e de Alguns Fatores de Produção, Itapetininga e Guarã, Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ/USP, 1969. 130 p. (Tese Ph.D).
2. EMBRAPA, Brasília; EPAMIG, Belo Horizonte; ESALQ, Piracicaba; IEA, São Paulo; IPE, São Paulo; UFC, Fortaleza; UFV, Viçosa e Purdue University W, Lafayette - *Alternativas e Desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira, diagnóstico*. V ed., v.1, 1974.
3. SILVA, Z. P. da - *Uso e Eficiência do Crédito Rural e dos Fatores de Produção*. Piracicaba, ESALQ/USP, Imprensa Universitária, 1973. 140 p. (Tese M.S.).
4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - *Diagnóstico Econômico da Zona da Mata de Minas Gerais*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1971, 312 p.